



158⁸

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO Nº 0054146-23.2012.8.17.0001 (0320624-2)

APELANTE: Jackson Ribeiro Pires Júnior

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Cristiane Mª Caitano da Silva (convocada)

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. RECURSO DA DEFESA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVAS. INOCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. FIXAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. Se os elementos de prova carreados aos autos não deixam dúvidas acerca da propriedade da droga apreendida, assim como do fim comercial a que se destinava, a manutenção da condenação por infração ao art. 33 da Lei nº 11.343/2006 é medida de rigor.

2. Não há ilegalidade na fixação da pena-base acima do mínimo legal quando presentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, notadamente se a elevação da sanção foi feita em harmonia com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

3. Recurso improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação nº 0054146-23.2012.8.17.0001 (0320624-2), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por decisão unânime, em negar provimento ao recurso, tudo conforme consta do relatório e dos votos digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife 21 de maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO Nº 0054146-23.2012.8.17.0001 (0320624-2)

APELANTE: Jackson Ribeiro Pires Júnior

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Cristiane Mª Caitano da Silva (convocada)

RELATÓRIO

Por meio da sentença de fls. 104/108v, proferida pela Exma. Sra. Juíza de Direito da 3ª Vara de Entorpecentes da Capital, **Jackson Ribeiro Pires Júnior** foi condenado por infração ao art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06 (tráfico ilícito de entorpecentes), sendo-lhe aplicada a pena de 06 (seis) anos de reclusão, em regime inicial fechado, cumulada com 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa, na fração de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Inconformado, ao ser intimado da sentença, o condenado manifestou desejo de recorrer (fl. 124).

Às fls. 130/131, a Defensoria Pública Estadual apresentou recurso de apelação. Sustenta, em síntese, ausência de prova capaz de autorizar um decreto condenatório, pugnando, ao final, pela absolvição do recorrente. Alternativamente, pede a redução da sanção imposta, sob o fundamento de foi *"por demais excessiva, não respeitando os princípios da individualização da pena, da proporcionalidade e razoabilidade"*.

O *Parquet* ofereceu contrarrazões às fls. 133/135, pugnando pela manutenção da decisão vergastada em todos os seus termos. No mesmo sentido manifestou-se a Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Dra. Cristiane Mª Caitano da Silva, às fls. 145/148.

É o relatório. À Revisão.

Recife, 26 de fevereiro de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO Nº 0054146-23.2012.8.17.0001 (0320624-2)

APELANTE: Jackson Ribeiro Pires Júnior

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Cristiane M^a Caitano da Silva (convocada)

VOTO DO RELATOR

Senhores,

Conforme foi relatado, por meio do presente recurso, **Jackson Ribeiro Pires Júnior**, representado pela Defensoria Pública Estadual, visa à reforma da sentença que o condenou como incurso no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06.

Pretende a absolvição, alegando insuficiência de provas, ou, alternativamente, a redução da pena, sob o fundamento de que houve excesso na fixação da reprimenda.

Contudo, ao analisar o acervo probatório, assim como o *decisum* vergastado, em confronto com as razões de apelação, chego à conclusão que o recurso defensivo não merece acolhimento.

Vejamos.

Segundo consta na denúncia, “na manhã do dia 14 de agosto do corrente ano de 2012, policiais militares que faziam rondas de rotina, no comando da guarnição MO 2115, bairro de Campo Grande, Ilha do Joaneiro, foram informados por populares de que na Rua Alice Gomes, três rapazes estariam traficando drogas, notícia que os fez chegarem até o local onde apenas encontraram o **ORA DENUNCIADO**, o qual portava 03 (três) porções prensadas de maconha, além da quantia, em espécie, de R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais), sendo uma cédula de R\$ 20,00, 03 cédulas de R\$ 10,00 e 07 (sete) cédulas de R\$ 2,00 (dois reais)” (fl. 02).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Conquanto não tenha sido contestada, destaca-se que a materialidade delitiva está devidamente comprovada nos autos, conforme auto de apresentação e apreensão e laudo pericial, às fls. 14 e 18, respectivamente.

Quanto à autoria, verifica-se que o apelante assumiu a propriedade da droga, alegando, porém, que o entorpecente seria para consumo próprio.

Contudo, ao comparar as declarações prestadas pelo acusado perante a autoridade policial e em juízo, verifica-se a existência de diversas contradições notadamente no que diz respeito à justificativa apresentada para a quantia em dinheiro encontrada em seu poder – R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais), sendo uma nota de R\$ 20,00 (vinte reais), duas notas de R\$ 10,00 (dez reais) e sete notas de R\$ 2,00 (dois reais).

Perante a autoridade policial (fl. 08), declarou que estava desempregado, e o dinheiro encontrado em seu poder seria o troco de R\$ 200,00 (duzentos reais), fruto de algumas economias, com o qual teria comprado fraudas descartáveis e leite para sua filha. Quando questionado porque não estava com referidos produtos, respondeu que já os havia deixado na casa de sua companheira.

Em juízo, porém, conforme mídia em DVD anexa à fl. 88, alegou que a origem do dinheiro foi um serviço prestado como servente de pedreiro, pelo qual tinha recebido o total de R\$100,00 (cem reais), mas que havia trocado para dar um parte a sua mãe e a sua companheira. Ainda, diferente do que afirmou na Delegacia de Polícia, declarou que estava indo à uma padaria comprar fraldas e leite para sua filha.

Vê-se, pois, que as declarações dos réu apresentam-se contraditórias, demonstrando, de logo, que a palavra do mesmo não merece a menor credibilidade.

Por outro lado, as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, quando ouvidas durante a instrução criminal (mídia em DVD anexa à fl. 88), sob o crivo do contraditório, confirmaram que a prisão do acusado teve origem em denúncia de populares que apontavam a prática de tráfico no local onde ocorreu abordagem policial.

Valdir Nicácio dos Santos, policial militar, confirmando as declarações prestadas na fase policial asseverou, em juízo, que recebeu



969

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

informações do CIODS de que havia três elementos traficando drogas na Rua Alice Gomes; ao chegar no local, encontrou o acusado sozinho, sentado na calçada, e fez a abordagem no mesmo, oportunidade na qual encontrou três papелotes de maconha e certa quantia de dinheiro em espécie.

Tércio Torquato Nascimento da Silva, o outro policial militar que participou da prisão em flagrante delito, asseverou, igualmente, que recebeu denúncias, via rádio, indicando que havia três elementos traficando na área. Declarou que a equipe seguiu até o local e, ao abordaram o acusado, encontraram a droga em um dos bolsos de sua roupa, juntamente com certa quantia em dinheiro trocado. Disse, também, que o acusado estava sozinho no local, sentado, e não aparentava estar sob efeito de drogas.

Como se percebe, embora o réu tenha alegado em juízo que estava indo até um comércio comprar produtos para sua filha, a prova testemunhal rechaça tal alegação, ao confirmar que o acusado estava sentado no local apontado nas denúncias anônimas como um ponto de venda de drogas.

Decerto, na hipótese, o conjunto probatório –, notadamente as circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante, não deixa dúvidas acerca do exercício da traficância.

Por outro lado, nos termos do § 2º do art. 28 da Lei nº 11.343/06¹, o julgador tem ao seu alcance alguns nortes que deverão ser criteriosamente sopesados para se aferir se a droga encontrada em poder do agente destinava-se a consumo pessoal ou para fins de comércio, quais sejam: a) a natureza da droga; b) a quantidade da substância apreendida; c) o local da apreensão; d) as condições em que os fatos se desenvolveram; e) as circunstâncias sociais concretas; f) a conduta do agente; e g) os antecedentes do agente.

In casu, conquanto tenha sido pequena a quantidade de droga de droga apreendida (três papелotes de maconha), o local da apreensão, as condições em que os fatos se deram e, principalmente, os antecedentes do acusado, são

¹ Art. 28. ...omissis...

[...]

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

elementos que afastam a teste sustentada em autodefesa pelo acusado, no sentido de que a droga encontrada seria para consumo próprio.

Conforme restou consignado na sentença, o acusado respondia a outro processo por tráfico (NPU 0000174-41.2012.8.17.0001), no qual se encontrava em liberdade provisória quando foi preso em flagrante delito pelo fato apurado nos presentes autos. Mesmo assim, neste feito, finda a instrução criminal, em 15/04/2013, foi-lhe revogada a prisão preventiva e substituída por outras medidas cautelares (fls. 86/86 e 89). Porém, exatamente uma mês depois de ser posto em liberdade, em 15/05/2013, o acusado foi novamente preso em flagrante delito, também por tráfico, tendo sido encontrado em poder do mesmo, desta feita, 30 (trinta) pedras de crack, fato que deu origem à ação penal tombada sob o nº 0040940-05.2013.8.17.0001, nos autos do qual foi-lhe decretada a prisão preventiva.

Logo, demonstrado está que o apelante é contumaz na prática do crime de tráfico entorpecentes, de modo que a alegada condição de usuário não passa de uma vã tentativa de se esquivar da responsabilidade penal.

Assim, comprovada a materialidade e a autoria do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, a manutenção da condenação do apelante por infração ao art. 33 da Lei nº 11.343/06 é medida de rigor.

Passemos, pois, à análise da dosimetria da pena, que foi elaborada nos seguintes termos:

“[...] Passo, a seguir, a dosar a pena do réu com fulcro nos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal.

A culpabilidade se mede pelo grau de reprovabilidade, ou seja, o grau de censurabilidade da conduta ofensiva ao bem jurídico penalmente tutelado, em função das características do crime e do agente. Na hipótese, a conduta do réu tem altíssimo grau de reprovação social.

Não registra antecedentes criminais, conforme entendimento do Eg. STJ, mas, conforme exposto alhures, responde a mais dois outros processos pelo mesmo tipo de delito, o Proc. 174-41.2012, nesta mesma Vara Criminal e o Proc. 40940-05.2013 na 2ª Vara de Entorpecentes, o que depõe seriamente contra sua personalidade e conduta social.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Os motivos para o cometimento do crime são os comuns à espécie: lucro fácil em detrimento da saúde pública.

As circunstâncias são as normais do crime, já expostas no bojo desta decisão, nada tendo a se valorar.

As consequências extrapenais são as próprias do delito, posto que este tipo de crime é móvel para vários outros tipos, além das graves consequências penais para a sociedade, levando à ruína a vida de vários jovens e suas famílias.

A vítima é a própria coletividade.

Assim consideradas não só as circunstâncias judiciais, mas também, com preponderância, nos termos do artigo 42 da Lei nº 11.343/06, a quantidade e a natureza das drogas apreendidas (maconha), fixo a pena-base em 06 (seis) anos de reclusão.

Considerando que o acusado era menor de 21 (vinte e um) anos de idade na data dos fatos, aplico a circunstância atenuante prevista no art. 65, I do CPB para reduzir a pena antes imposta em 06 (seis) meses de reclusão e 100 (cem) dias-multa, fixando-a definitivamente em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, tendo em vista não haver circunstâncias agravantes, nem causas gerais e nem especiais de diminuição de pena (porquanto já afastei a causa especial de diminuição disposta no artigo 33, § 4º, inciso III, da Lei 11.343/2006 na fundamentação, pelos motivos ali expostos), nem causas gerais ou especiais de aumento de pena.

Há, ainda, na espécie, a cumulação da pena privativa de liberdade com a de multa. Atendendo, pois, às circunstâncias judiciais e à causa especial de diminuição de pena, fixo a quantidade da pena pecuniária em 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa e, atenta, ainda, às condições econômicas do réu (art. 60, CP), fixo o seu valor unitário em 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo vigente à época dos fatos (art. 49, § 1º, CP). [...]” (fls. 107/107v - grifos do original)

Como se percebe, diferente do que alega a Defesa, foi cumprido o princípio insculpido no art. 5º, XLVI, da CF/88, que trata de individualização da pena. A Exma. Juíza de Direito observou a regra contida no art. 68 do Código Penal, relativa ao sistema trifásico de aplicação da reprimenda: fixou a pena-base



7
164

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

atendendo ao critério do art. 59 do CP, assim como aplicou a atenuante genérica a que o acusado faz *jus*.

Dessa forma, não se constata qualquer ilegalidade na operação dosimétrica.

Por outro lado, é cediço que as circunstâncias judiciais previstas no art. 59, CP, são parâmetros de quantificação da pena, razão pela qual a sanção base somente pode ser fixada em seu grau mínimo quando todas elas militam em favor do acusado, uma vez que são vinculantes. Por isso, mesmo quando apenas uma delas comprometa o agente, o afastamento do marco inicial se torna imperioso.

Na hipótese, a pena base foi fixada em 06 (seis) anos de reclusão, ou seja, apenas uma ano acima do mínimo, sendo certo que a Juíza de piso apresentou fundamentação idônea, demonstrado, com base na análise das circunstâncias judiciais (art. 59, CP), a necessidade de estabelecer uma *quantum* além no mínimo legalmente cominado ao delito.

Vê-se, pois, que não houve exacerbação da reprimenda. Ao contrário, considerando-se as penas mínima e máxima abstratamente cominadas ao tipo penal do art. 33 da Lei nº 11.343/06, que é de reclusão de 05 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, *in casu*, a sanção definitiva – 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa, além de devidamente fundamentada, encontra-se em consonância com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, mostrando-se necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, razão pela qual não carece qualquer reparo.

Ante o exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento** ao recurso defensivo, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator

165

Apelação Criminal nº: 0054146-23.2012.8.17.0001 (0320624-2)
Comarca Origem: Recife – Terceira Vara de Entorpecentes
Apelante: Jackson Ribeiro Pires Júnior
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Antonio de Melo e Lima
Revisor: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador(a) de Justiça: Dra. Cristiane Maria Caetano da Silva
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO REVISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto por **Jackson Ribeiro Pires Júnior**, em face da sentença de fls. 104/108v, que o condenou a pena de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, e ao pagamento de 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa e pela prática do crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006.

Em suas razões recursais (fls. 130/131), o apelante requer a absolvição ante a ausência de provas da participação do apelante no delito imputado. Subsidiariamente, requer a redução da pena em atenção ao princípio da individualização da pena.

Em suas contrarrazões recursais (fls. 133/135), o Ministério Público pugna pelo improvimento do recurso.

A ilustre Procuradora de Justiça ofereceu parecer (fls. 145/147) opinando também pelo improvimento do apelo, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

MY

166

Pois bem. Inicialmente, entendo que os argumentos trazidos pela defesa do apelante não deve prosperar, tendo em vista que há nos autos provas suficientes para a condenação pela prática do delito narrado na denúncia.

Da análise dos autos, verifica-se que a materialidade e a autoria dos delitos encontram-se comprovadas pelo Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 14 e pelo Laudo Pericial de fls. 18, que concluiu que a substância apreendida é composta de fragmentos do vegetal da espécie *Cannabis sativa* Linneu, vulgarmente conhecida por maconha.

No tocante à autoria, encontra-se comprovada pelos depoimentos das testemunhas e demais prova acostada aos autos.

O acusado, ora apelante, afirmou na fase policial que foi encontrado com ele 03 (três) porções de maconha prensada, para seu próprio consumo, e uma quantia de R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais), que seria troco da compra de fraldas para sua filha. Informou que havia deixado as fraldas na casa da sua companheira (fls. 08). Em Juízo, alterou a versão dos fatos e disse que estava com 03 (três) "balas" de maconha no bolso, mas era para seu consumo e a quantia de R\$ 100,00 (cem reais) era fruto de um serviço prestado como ajudante de pedreiro. Informou que o dinheiro estava trocado porque havia destrocado para dar a sua mãe e a sua mulher para que comprassem algo. Esclareceu que foi abordado quando estava indo comprar fralda para sua filha e afirmou que pagou R\$ 5,00 (cinco reais) a um "noiado" para pegar drogas para ele (mídia audiovisual de fls. 88).

Por sua vez, as testemunhas de acusação Valdir Nicácio dos Santos e Tércio Torquato Nascimento da Silva, perante autoridade judicial informaram que receberam denúncias de que havia três elementos traficando drogas na área. Disseram que, ao chegarem ao local, abordaram o acusado, que estava sentado na calçada, e encontraram em seu bolso três papелotes de maconha e certa quantia de dinheiro trocado (mídia audiovisual de fls. 88).

MY

Observa-se, *in casu*, que existem contradições nos depoimentos prestados pelo acusado na Delegacia e em juízo. A princípio ele diz que estava desempregado e que o dinheiro encontrado em seu poder era fruto de umas economias e que estava com R\$ 200,00 (duzentos reais), mas tinha comprado fraldas para sua filha. Já perante a autoridade judicial, o apelante afirma que estava com a quantia R\$ 100,00 que tinha recebido por um serviço prestado como ajudante de pedreiro, informando que o dinheiro estava trocado porque ia dar a sua mãe e a sua companheira. Disse ainda que estava indo comprar fraldas quando foi abordado.

Como se vê, as declarações do acusado não estão condizentes com a realidade e repletas de contradições, não merecendo credibilidade suas alegações. Ademais, embora tenha o apelante afirmado que estava indo comprar fraldas quando os policiais o abordaram, restou provado que o mesmo estava sentado em uma calçada, na localidade apontada na denúncia como ponto de tráfico de drogas.

Assim, apesar da pequena quantidade de drogas, o local onde foi abordado e as condições em que os fatos se deram demonstram que, de fato, o acusado se dedicava ao tráfico, descaracterizando a propriedade da droga apenas para consumo próprio.

É importante frisar que o fato de alguém ser usuário não afasta a condição de traficância, sendo bastante comum a existência de traficantes de drogas que são usuários.

Portanto não há dúvida de que o acusado praticou uma das condutas descrita no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, visto que trazia consigo a substância entorpecente, não havendo como prosperar a alegação da defesa do apelante de falta de provas suficientes para sua condenação.

Vale salientar que os depoimentos dos policiais que efetuaram a prisão do acusado são plenamente válidos, tendo em vista que não há no caderno processual fato que desabone a conduta dos agentes, e suas

168

declarações têm, em princípio, presunção de veracidade e boa-fé, cabendo à parte contrária demonstrar a existência de motivos para duvidar de tais assertivas.

Não é de se olvidar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uníssona no sentido de que o depoimento de policiais é plenamente válido como meio de prova, hábil a embasar a condenação. A esse respeito, Vejamos:

(...) O depoimento de policiais, quando em conformidade com as demais provas dos autos, é elemento idôneo a subsidiar a formação da convicção do julgador (...)

(AgRg no AREsp 303.213/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2013, DJe 14/10/2013)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. ABSOLVIÇÃO. APELO MINISTERIAL PROVIDO. CONDENAÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DO ÉDITO REPRESSIVO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. CONDENAÇÃO FUNDAMENTADA NO DEPOIMENTO DE POLICIAIS MILITARES. MEIO DE PROVA IDÔNEO. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO NÃO DEMONSTRADA.

(...)

2. Conforme entendimento desta Corte, o depoimento de policiais responsáveis pela prisão em flagrante do acusado constitui meio de prova idôneo a embasar o édito condenatório, mormente quando corroborado em Juízo, no âmbito do devido processo legal.

(...)

(HC 236.731/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2012, DJe 28/06/2012)

Cabe ressaltar que o fato do apelante não ter sido apreendido em situação concreta de tráfico não é suficiente para afastar a pena aplicada, tendo em vista que é entendimento pacífico, doutrinário e jurisprudencial, de que a ausência de flagrante da comercialização não descaracteriza o tipo penal previsto no art. 33, da Lei 11.343/2006. Neste sentido vejamos:

"(...) Para a caracterização do crime de tráfico de entorpecentes não é necessário que o agente seja surpreendido no exato momento em

MY

169

que esteja fornecendo materialmente a droga a terceira pessoa, bastando a evidência que para fins de mercancia se destina o tóxico encontrado (...)"(RT 727/478).

Ademais, conforme se depreende da sentença de fls. 104/108v, o acusado, ora apelante, responde a outros processos pelo mesmo tipo penal, o que demonstra sua personalidade voltada para prática delituosa.

Nesses termos, entendo que não merece ser acolhido o pedido de absolvição.

No tocante a dosimetria da pena, entendo que não existe nenhum reparo a ser feito. A condenação foi justa e a dosagem se coaduna como prescrito na norma penal substantiva, tendo a MM Juíza a quo analisado as circunstâncias judiciais determinadas pelo art. 59 do CP, e fixado a pena-base um pouco acima do mínimo legal ante a existência de circunstâncias negativas ao apelante, devendo, portanto, ser mantida a sentença tal como lançada.

Ante o exposto e em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pelo **improvemento do apelo**, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

Recife, 28 de 05 de 2014.

MA

Des. Mauro Alencar de Barros

Revisor